

VIVER ASSISTÊNCIA (antiga VIVER PREVIDÊNCIA)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Entidade coloca à disposição de V.Sas. para apreciação as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 2025 e 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O Patrimônio Líquido totaliza R\$ 50 milhões, demonstrando suficiência em relação às exigências regulatórias aplicáveis às suas atividades atuais.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO

A Entidade continuará a reinvestir parte do superávit nos mercados de renda fixa, oferecidos por instituições financeiras que possuem muito boa qualidade financeira, bem como na realização de projetos de expansão de vendas.

NEGÓCIOS SOCIAIS

Em 12/04/2024, a Viver Previdência constituiu a Efeito Seguradora Vida e Previdência S.A., sociedade seguradora, autorizada em 20/06/2024 a operar Seguros de Pessoas e Planos de Previdência Complementar. A Viver Previdência detém 100% das ações da Seguradora.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Declaramos que a Entidade possui capacidade financeira compatível com as suas operações.

PLANO DE NEGÓCIOS

Para o triênio de 2026 a 2028, aproveitando o investimento realizado na constituição da Efeito Seguradora Vida e Previdência S.A., foi decidido pela Assembleia Geral Extraordinária o cancelamento e a suspensão da autorização para funcionamento como entidade de previdência complementar aberta da Viver Previdência, deixando de integrar o Sistema Nacional de Seguros Privados. Dessa forma, a entidade passará a utilizar a denominação social Viver Assistência, conforme Portaria DIORE/SUSEP nº 109, de 19/02/2026, publicada em 24/02/2026. Dando seguimento ao plano de desinvestimento em imóveis, a Entidade continuará buscando alienar os imóveis destinados à venda e continuará aplicando os recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na Administração da Viver.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2026.

VIVER ASSISTÊNCIA

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais)

| ATIVO | Nota | Exercício findo em | |
|--|-----------|--------------------|---------------|
| | | 31.12.25 | 31.12.24 |
| CIRCULANTE | | 20.340.767,37 | 19.142.160,48 |
| Disponível | | 664.274,76 | 605.462,32 |
| Caixa e Bancos | | 664.274,76 | 605.462,32 |
| Aplicações | 4 | 6.259.152,94 | 5.468.738,09 |
| Créditos das Operações com | | | |
| Previdência Complementar | 8 | 258.778,15 | 710.591,27 |
| Valores a Receber | | 258.778,15 | 710.591,27 |
| Títulos e Créditos a Receber | | 9.340.521,81 | 6.653.169,81 |
| Títulos e Créditos a Receber | 9 | 5.887.163,84 | 1.278.537,56 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | | 3.449,56 | 17.717,59 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 10 | 311.547,10 | 335.766,69 |
| Assistência Financeira a Participantes | 11 | 3.048.909,25 | 4.914.878,78 |
| Outros Créditos | 12 | 89.452,06 | 106.269,19 |
| Outros Valores e Bens | | 3.804.810,56 | 3.974.310,91 |
| Bens à Venda | 13 | 3.804.810,56 | 3.974.310,91 |
| Despesas Antecipadas | | 13.229,15 | 1.729.888,08 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 39.108.959,48 | 50.206.598,19 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 27.080.893,93 | 38.163.988,39 |
| Aplicações | 4 | 18.938.696,90 | 29.076.943,79 |
| Títulos e Créditos a Receber | | 8.139.314,52 | 9.079.220,85 |
| Títulos e Créditos a Receber | 9 | 619.518,42 | 946.948,35 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 10 | 424.668,57 | 101.705,82 |
| Assistência Financeira a Participantes | 11 | 7.095.127,53 | 8.030.566,68 |
| Despesas Antecipadas | | 2.882,51 | 7.823,75 |
| Investimentos | 14 | 10.728.336,07 | 10.564.047,06 |
| Participações Societárias | | 10.413.033,50 | 10.248.744,49 |
| Imóveis Destinados à Renda | | 315.302,57 | 315.302,57 |
| Imobilizado | 15 | 1.086.526,50 | 1.126.202,36 |
| Imóveis de Uso Próprio | | 982.667,32 | 1.006.372,60 |
| Bens Móveis | | 103.859,18 | 119.829,76 |
| Intangível | 16 | 213.202,98 | 352.360,38 |
| Outros Intangíveis | | 213.202,98 | 352.360,38 |
| TOTAL DO ATIVO | | 59.449.726,85 | 69.348.758,67 |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER ASSISTÊNCIA

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais)

| PASSIVO | Nota | Exercício findo em | |
|--|------|--------------------|---------------|
| | | 31.12.25 | 31.12.24 |
| CIRCULANTE | | 4.016.222,82 | 4.578.011,53 |
| Contas a Pagar | | 3.159.444,70 | 878.628,97 |
| Obrigações a Pagar | 17 | 2.296.312,55 | 581.747,51 |
| Impostos e Encargos Sociais a Recolher | | 53.938,84 | 79.279,64 |
| Encargos Trabalhistas | | 68.297,35 | 162.905,11 |
| Empréstimos, Financiamentos e Títulos de Dívida | 18 | 719.750,29 | - |
| Impostos e Contribuições | | 21.145,67 | 54.696,71 |
| Débitos de Operações com Previdência Complementar | | - | 38.279,12 |
| Outros Débitos Operacionais | | - | 38.279,12 |
| Depósitos de Terceiros | 19 | 856.778,12 | 395.293,67 |
| Provisões Técnicas-Previdência Complementar | | - | 3.265.809,77 |
| Planos Bloqueados | | - | 71.412,05 |
| Planos não Bloqueados | | - | 3.194.397,72 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 5.466.033,91 | 29.742.928,13 |
| Contas a Pagar | | 4.558.205,85 | 402.209,78 |
| Obrigações a Pagar | 17 | 287.410,95 | 402.209,78 |
| Empréstimos, Financiamentos e Títulos de Dívida | 18 | 4.270.794,90 | - |
| Provisões Técnicas - Previdência Complementar | | - | 8.866.047,28 |
| Planos Bloqueados | | - | 452.452,30 |
| Planos não Bloqueados | | - | 8.413.594,98 |
| Outros Débitos | 20 | 907.828,06 | 20.474.671,07 |
| Provisões Judiciais | | 907.828,06 | 20.474.671,07 |
| PATRIMÔNIO SOCIAL DE EAPC S/FINS LUCRATIVOS | | 49.967.470,12 | 35.027.819,01 |
| Reservas Patrimoniais | | 19.847.942,27 | 19.847.942,27 |
| Reservas de Retenção de Superávits | | 175.761,46 | 175.761,46 |
| Superávits Acumulados | | 29.943.766,39 | 15.004.115,28 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 59.449.726,85 | 69.348.758,67 |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER ASSISTÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores expressos em Reais)

| | Nota | Exercício findo em | |
|---|------|----------------------|---------------------|
| | | 31.12.25 | 31.12.24 |
| Rendas de Contribuições e Prêmios | | - | 976,28 |
| Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder | | 309,83 | 115.750,72 |
| Receitas de Contribuições e Prêmios | | 309,83 | 116.727,00 |
| | | | |
| Variação de Outras Provisões Técnicas | | 207.220,98 | 379.914,57 |
| Benefícios Retidos | 21 | 64.103,46 | (485.845,88) |
| Custos de Aquisição | 21 | (106.063,27) | (216.297,69) |
| Outras Receitas e Despesas Operacionais | 21 | 21.809.019,55 | (588.150,36) |
| | | | |
| Contribuições para Cobertura de Riscos | | 1.818.090,80 | 3.741.511,04 |
| Variação das Provisões Técnicas de Prêmios | | 189.659,37 | 80.181,37 |
| Prêmios Ganhos | | 2.007.750,17 | 3.821.692,41 |
| | | | |
| Sinistros Ocorridos | 21 | (107.030,06) | (417.149,97) |
| Custos de Aquisição | 21 | (262.855,30) | (473.234,38) |
| Despesas Administrativas | 21 | (3.558.861,96) | (4.054.369,71) |
| Despesas com Tributos | 21 | (5.362.193,08) | (1.182.133,24) |
| Resultado Financeiro | 21 | 191.268,01 | 2.963.858,98 |
| Resultado Patrimonial | 21 | 194.982,78 | 620.962,33 |
| Resultado Operacional | | 15.077.651,11 | 485.974,06 |
| Perdas com Ativos Não Correntes | 21 | (138.000,00) | (134.451,15) |
| Superávit do Exercício | | 14.939.651,11 | 351.522,91 |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER ASSISTÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em Reais)

| | Exercício findo em | |
|---|----------------------|-------------------|
| | 31.12.25 | 31.12.24 |
| Resultado Líquido do Exercício | 14.939.651,11 | 351.522,91 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do Resultado Abrangente do Exercício | <u>14.939.651,11</u> | <u>351.522,91</u> |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER ASSISTÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em Reais)

| | Reservas de | | Superávits ou | Total |
|---|---------------|------------------------|---------------------|---------------|
| | Patrimoniais | Retenção de Superávits | Déficits Acumulados | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 19.847.942,27 | - | 14.828.353,83 | 34.676.296,10 |
| Superávit do Exercício | - | - | 351.522,91 | 351.522,91 |
| Proposta para Destinação do Superávit | | | | |
| Reservas para Contingências de Benefícios | | 175.761,46 | (175.761,46) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 19.847.942,27 | 175.761,46 | 15.004.115,28 | 35.027.819,01 |
| Superávit do Exercício | - | - | 14.939.651,11 | 14.939.651,11 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 19.847.942,27 | 175.761,46 | 29.943.766,39 | 49.967.470,12 |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER ASSISTÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(Valores expressos em Reais)

| | Exercício findo em | |
|---|--------------------|-----------------------|
| | 31.12.25 | 31.12.24 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Superávit líquido do Exercício | 14.939.651,11 | 351.522,91 |
| Ajustes por: | | |
| Depreciação e Amortizações | 69.690,55 | 62.473,55 |
| Perda por redução ao valor recuperável do Intangível | 138.000,00 | 134.451,15 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (113.850,78) | (326.222,28) |
| Variação nas contas patrimoniais: | | |
| Ativos Financeiros | 9.347.832,04 | 7.020.860,40 |
| Créditos das Operações de Previdência Complementar | 451.813,12 | 121.673,86 |
| Créditos Fiscais e Previdenciários | 14.268,03 | (8.278,03) |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | (298.743,16) | 3.860,84 |
| Despesas Antecipadas | 1.721.600,17 | (1.099.138,20) |
| Outros Ativos | (1.343.908,42) | (1.453.300,86) |
| Impostos e Contribuições | (33.551,04) | 4.781,02 |
| Débitos das Operações com Previdência Complementar | (38.279,12) | 3.474,71 |
| Depósitos de Terceiros | 461.484,45 | (321.673,01) |
| Provisões Técnicas - Previdência Complementar | (12.131.857,05) | 140.302,20 |
| Provisões Judiciais | (19.566.843,01) | 5.449.334,50 |
| Outros Passivos | 6.470.362,84 | 96.078,96 |
| Caixa Gerado pelas Operações | <u>87.669,73</u> | <u>10.180.201,72</u> |
| Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais | 87.669,73 | 10.180.201,72 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Recebimento pela Venda: | | |
| Investimento | - | 77.477,79 |
| Pagamento pela Compra: | | |
| Investimento | - | (10.000.000,00) |
| Imobilizado | (28.857,29) | (63.532,36) |
| Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento | <u>(28.857,29)</u> | <u>(9.986.054,57)</u> |
| Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa | <u>58.812,44</u> | <u>194.147,15</u> |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício | 605.462,32 | 411.315,17 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício | 664.274,76 | 605.462,32 |

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

Viver Assistência, atual denominação da Viver Previdência (Entidade Aberta de Previdência Complementar), é uma associação sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A sua gestão é exercida pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Entidade, compostos por conselheiros eleitos, oriundos do quadro de participantes da VIVER.

Ramos de Atuação - Tem como objetivo atuar como associação de benefícios para seus associados; contratar como estipulante de apólices de seguro e previdência, atuar como correspondente bancário, participar ou fazer parceria com fundos e instituições financeiras, criar / desenvolver e executar planos habitacionais, participar de outras sociedades, etc.

2. Demonstrações Financeiras – Elaboração e Apresentação

Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como as demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa – método indireto, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício atual.

A Diretoria Executiva mediante reunião realizada, em 23/02/2026, autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3. Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado - apurado segundo o Regime de Competência pelo reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, no resultado do período em que ocorreram.

b. Instrumentos Financeiros - foram introduzidas pelo CPC 48 três categorias de mensuração de ativos financeiros (Notas 4, 9 e 11):

1. Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

- 2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- 3. Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.
- c. Créditos das Operações – Valores a Receber - Previdência Complementar –** contribuições reconhecidas pela emissão e/ou vigência do risco, o que ocorrer primeiro. Em razão da transferência da carteira de planos de previdência à Efeito Seguradora, homologada pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, conforme a Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2745, de 02 de outubro de 2025, não há novas contribuições. O saldo remanescente refere-se apenas a riscos já vigentes e ainda não recebidos. (Nota 9);
- d. Títulos e Créditos a Receber**
- 1. Títulos e Créditos a Receber – Créditos a Receber -** demonstrados pelo valor principal acrescido do ganho pela competência em períodos futuros, que estão demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 9);
- 2. Assistência Financeira a Participantes -** demonstradas pelo valor principal acrescido dos juros pré-fixados de competência de períodos futuros, demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 11);
- e. Investimentos -** representados pela participação societária de 100% em sociedade investida e pelo custo de aquisição de terrenos e edificações destinados à renda e/ou valorização do capital. (Nota 14);
- f. Imobilizado -** corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas e reconhecidas mensalmente pelo método linear às taxas anuais de: Imóveis - Edificações 2%; Equipamentos 20%; Móveis, Máquinas e Utensílios 10%; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável (Nota 15);
- g. Intangíveis –** referem-se aos gastos com licenças de uso, cuja amortização se dá pelo tempo de vida útil e desenvolvimentos de sistemas operacionais, ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 16);
- h. Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) -** conforme definido no CPC 01(R1), a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Foi utilizado o conceito de perdas esperadas para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos de qualquer natureza.

1. **Valores a Receber** – No caso de o valor recuperável de um ativo ser inferior ao contábil, o valor contábil desse ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo (item 59 do CPC 01) reconhecida imediatamente na demonstração do resultado;
 2. **Títulos e Créditos a Receber** – a estimativa contábil para a redução é baseada em estudo técnico, considerando o histórico de perdas, os riscos de inadimplência e as receitas apropriadas (Nota 9);
 3. **Assistência Financeira a Participantes** – A abordagem simplificada utilizada para recebíveis ou ativos contratuais que resultam de transações dentro do alcance do CPC 47 é usada para mensurar a perda esperada de créditos de assistência financeira, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos desses ativos. Os agrupamentos são feitos de forma que reflitam as características de cada ativo financeiro (Nota 11).
- i. **Encargos Trabalhistas** - constituídos pela provisão de 13º salário, de férias e encargos sociais, calculados e reconhecidos mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados;
 - j. **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes** - Na determinação do reconhecimento da provisão são considerados as avaliações quanto à probabilidade de perda informada pelos Assessores Jurídicos e os aspectos relacionados à natureza das ações judiciais e administrativas, conforme CPC 25. As obrigações legais e os processos relacionados a benefícios são provisionados independente da avaliação quanto a probabilidade de perda (Nota 20);
 - k. **Outros Ativos e Passivos** - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste a valor justo;
 - l. **Estimativas e Julgamentos** - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.
 - m. **Isenções Tributárias:** A Entidade não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social, por ser sem fins lucrativos.

4. Aplicações Financeiras (Nota 3b.)

- a. **Composição** - A Entidade classifica seus Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por meio do Resultado.

VIVER ASSISTÊNCIA

31.12.25

| Composição | Valor Custo Atualizado | Valor Justo | % Aplicado |
|--|------------------------|----------------------|---------------|
| Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos | 24.736.650,76 | 24.736.650,76 | 98,17 |
| Fundo de Investimento em Ações | 461.199,08 | 461.199,08 | 1,83 |
| Total Aplicações Financeiras | 25.197.849,84 | 25.197.849,84 | 100,00 |
| Circulante | | 6.259.152,94 | |
| Não Circulante | | 18.938.696,90 | |

31.12.24

| Composição | Valor Custo Atualizado | Valor Justo | % Aplicado |
|--|------------------------|----------------------|---------------|
| Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos | 34.201.612,09 | 34.201.612,09 | 99,00 |
| Fundo de Investimento em Ações | 344.069,79 | 344.069,79 | 1,00 |
| Total Aplicações Financeiras | 34.545.681,88 | 34.545.681,88 | 100,00 |
| Circulante | | 5.468.738,09 | |
| Não Circulante | | 29.076.943,79 | |

b. Movimentação das Aplicações - demonstrada no quadro abaixo:

| Movimentação | Saldo em 31.12.24 | Aplicações | Resgates | Rendimentos/ Perdas por desvalorização | Saldo em 31.12.25 |
|--|----------------------|---------------------|------------------------|--|----------------------|
| Quotas Fundos de Investimentos | 34.545.681,88 | 7.900.000,00 | (20.997.462,09) | 3.749.630,05 | 25.197.849,84 |
| Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos | 34.201.612,09 | 7.900.000,00 | (20.997.462,09) | 3.632.500,76 | 24.736.650,76 |
| Fundo de Investimento de Ações | 344.069,79 | - | - | 117.129,29 | 461.199,08 |
| Total | 34.545.681,88 | 7.900.000,00 | (20.997.462,09) | 3.749.630,05 | 25.197.849,84 |

| Movimentação | Saldo em 31.12.23 | Aplicações | Resgates | Rendimentos/ Perdas por desvalorização | Saldo em 31.12.24 |
|--|----------------------|---------------------|------------------------|--|----------------------|
| Quotas Fundos de Investimentos | 41.566.542,28 | 2.290.000,00 | (12.909.000,00) | 3.598.139,60 | 34.545.681,88 |
| Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos | 41.163.468,70 | 2.290.000,00 | (12.909.000,00) | 3.657.143,39 | 34.201.612,09 |
| Fundo de Investimento de Ações | 403.073,58 | - | - | (59.003,79) | 344.069,79 |
| Total | 41.566.542,28 | 2.290.000,00 | (12.909.000,00) | 3.598.139,60 | 34.545.681,88 |

5. Percentuais de Custo de Aquisição e Sinistralidade dos Principais Ramos

| Custos de Aquisição | 31.12.25 | | 31.12.24 | |
|----------------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Corretagem/Agenciamento | 262.855,30 | 71,25 | 473.234,38 | 68,63 |
| Custeamento de Vendas | 106.063,27 | 28,75 | 216.297,69 | 31,37 |
| Total | 368.918,57 | 100,00 | 689.532,07 | 100,00 |

| Sinistralidade | 31.12.25 | | 31.12.24 | |
|-----------------------|-----------------------------|----------|-----------------------------|---------------|
| | Benefícios Ocorridos | % | Benefícios Ocorridos | % |
| Planos de Pecúlio | - | - | 25 | 46,30 |
| Planos de Renda | - | - | 29 | 53,70 |
| Total | - | - | 54 | 100,00 |

6. Teste de Adequação do Passivo (TAP)

Em decorrência da transferência da carteira de planos de previdência para a Efeito Seguradora Vida e Previdência S.A. não há provisões técnicas constituídas sujeitas ao Teste de Adequação do Passivo (TAP), não sendo aplicável sua realização em 31/12/2025.

7. Gestão de Risco

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco: O Conselho Deliberativo tem a responsabilidade máxima para o estabelecimento da estrutura de gerenciamento de risco, atribuindo à Diretoria Executiva a função de desenvolver e acompanhar as políticas pertinentes. Cabe ao Gestor de Risco monitorar os riscos e à Auditoria Interna supervisionar a adequação dos procedimentos da Administração e os resultados alcançados. As políticas de risco são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. Os procedimentos buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Não há um sistema específico para o gerenciamento de risco, mas a Entidade utiliza informações obtidas através de ferramentas dos sistemas Alterdata e Star.

b) Gestão do Risco de Liquidez, de Mercado, de Crédito e de Subscrição:

Risco de liquidez - risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar as obrigações correntes num determinado momento, sob condições normais ou de estresse. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos, relativo aos seus passivos, e dos recebimentos gerados pelas operações e carteira de ativos financeiros.

VIVER ASSISTÊNCIA

A Entidade possui recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Análise de Vencimentos de Ativos Financeiros, fluxo de caixa descontado (Nota de Risco de Crédito), e, de **Passivos Financeiros**, fluxos de caixa contratuais não descontados, que demonstram excesso de liquidez para os períodos.

| Passivos Financeiros | 1 a 90 Dias | 91 a 365 Dias | Acima de 365 Dias | 31.12.25 |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------------|---------------------|
| Contas a Pagar | 2.670.519,36 | 488.925,34 | 4.558.205,85 | 7.717.650,55 |
| Depósitos de Terceiros | 394.870,81 | 444.395,65 | 17.511,66 | 856.778,12 |
| Outros Débitos | - | - | 907.828,06 | 907.828,06 |
| Total dos Passivos Financeiros | 3.065.390,17 | 933.320,99 | 5.483.545,57 | 9.482.256,73 |

| Passivos Financeiros | 1 a 90 Dias | 91 a 365 Dias | Acima de 365 Dias | 31.12.24 |
|--|---------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|
| Contas a Pagar | 878.628,97 | | 402.209,78 | 1.280.838,75 |
| Débito de Operações com Previdência Complementar | 38.279,12 | - | - | 38.279,12 |
| Depósitos de Terceiros | 187.550,91 | 207.742,76 | - | 395.293,67 |
| Provisões Técnicas – Previdência Complementar | 1.327.250,54 | 1.938.559,23 | 8.866.047,28 | 12.131.857,05 |
| Outros Débitos | - | - | 20.474.671,07 | 20.474.671,07 |
| Total dos Passivos Financeiros | 2.431.709,54 | 2.146.301,99 | 29.742.928,13 | 34.320.939,66 |

Risco de mercado - risco de perda nos preços de ativos financeiros decorrente de alterações nas taxas de juros e inflação. A Administração monitora as taxas de juros de mercado e inflação a fim de avaliar a eventual necessidade de novas ações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas e se resguardar das limitações dos métodos de controles das exposições ao risco de mercado.

Risco de crédito - risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes dos emissores ou de contraparte de transações não cumprirem suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem compor as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros da Entidade distribuídos por rating de crédito.

VIVER ASSISTÊNCIA

| Composição da carteira por categoria contábil | BB | Sem Rating | Saldo Contábil 31.12.25 |
|--|----------------------|----------------------|------------------------------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa – Sem Vencimento | - | 664.274,76 | 664.274,76 |
| Ativos pós-fixados | | | |
| Fundo de Investimento de Ações | - | 461.199,08 | 461.199,08 |
| Fundo de Investimento FIE Títulos Públicos | 24.736.650,76 | - | 24.736.650,76 |
| Assistência Financeira até 365 dias | - | 3.048.909,25 | 3.048.909,25 |
| Assistência Financeira acima de 365 dias | - | 7.095.127,53 | 7.095.127,53 |
| Recebíveis até 365 dias | - | 6.550.390,71 | 6.550.390,71 |
| Recebíveis acima de 365 dias | - | 1.044.186,99 | 1.044.186,99 |
| Total | 24.736.650,76 | 18.864.088,32 | 43.600.739,08 |

| Composição da carteira por categoria contábil | BB | Sem Rating | Saldo Contábil 31.12.24 |
|--|----------------------|----------------------|------------------------------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa – Sem Vencimento | - | 605.462,32 | 605.462,32 |
| Ativos pós-fixados | | | |
| Fundo de Investimento de Ações | - | 344.069,79 | 344.069,79 |
| Fundo de Investimento FIE Títulos Públicos | 34.201.612,09 | - | 34.201.612,09 |
| Assistência Financeira até 365 dias | - | 4.914.878,78 | 4.914.878,78 |
| Assistência Financeira acima de 365 dias | - | 8.030.566,68 | 8.030.566,68 |
| Recebíveis até 365 dias | - | 2.448.882,30 | 2.448.882,30 |
| Recebíveis acima de 365 dias | - | 1.048.654,17 | 1.048.654,17 |
| Total | 34.201.612,09 | 17.392.514,04 | 51.594.126,13 |

8. Créditos das Operações com Previdência Complementar – Valores a Receber (Nota 3c. e 3h.1)

| Descrição | 31.12.25 | 31.12.24 |
|---|-------------------|-------------------|
| Consignação de Órgãos Averbadores | - | 312.131,98 |
| Contribuições Riscos Vigentes não Recebidos | 1.100.934,07 | 1.073.107,54 |
| Outros Créditos | 24.201,82 | 99.935,01 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3-h.1) | (866.357,74) | (774.583,26) |
| Total | 258.778,15 | 710.591,27 |
| Circulante | 258.778,15 | 710.591,27 |

VIVER ASSISTÊNCIA

9. Títulos e Créditos a Receber – reconhecidos pelo custo amortizado (Nota 3b, 3d e 3h.2)

| Descrição | 31.12.25 | 31.12.24 |
|--|---------------------|---------------------|
| Aluguéis a Receber | 107.935,95 | 107.935,95 |
| Dividendos a Receber | 27.039,56 | 77.477,79 |
| Direitos Resultantes da Venda de Imóveis | 2.007.463,71 | 2.552.417,49 |
| Créditos com Partes Relacionadas - Efeito Seguradora | 4.877.200,41 | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável – Aluguéis a Receber (Nota 3-h.2) | (107.935,95) | (107.935,95) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável – Direitos Result. da Venda de Imóveis (Nota 3-h.2) | (405.021,42) | (404.409,37) |
| Total | 6.506.682,26 | 2.225.485,91 |
| Circulante | 5.887.163,84 | 1.278.537,56 |
| Não Circulante | 619.518,42 | 946.948,35 |

10. Depósitos Judiciais e Fiscais

| Descrição | 31.12.25 | 31.12.23 |
|--|-------------------|-------------------|
| Depósitos Judiciais - Tributos | 430.007,34 | 372.131,57 |
| Depósitos Judiciais - Benefícios | 89.956,74 | 22.174,73 |
| Depósitos Judiciais - Cíveis | 196.636,63 | 23.875,70 |
| Outros Depósitos – Processos Susep | 7.091,88 | 6.767,43 |
| Outros Depósitos – Processos Administrativos | 12.523,08 | 12.523,08 |
| Total | 736.215,67 | 437.472,51 |
| Circulante | 311.547,10 | 335.766,69 |
| Não Circulante | 424.668,57 | 101.705,82 |

11. Assistência Financeira a Participantes – mensurados pelo custo amortizado (Nota 3b, 3d.2 e 3h.3)

| Descrição | 31.12.25 | 31.12.24 |
|--|----------------------|----------------------|
| Assistência Financeira | 14.911.071,97 | 16.342.428,55 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3h.3) | (4.767.035,19) | (3.396.983,09) |
| Total | 10.144.036,78 | 12.945.445,46 |
| Circulante | 3.048.909,25 | 4.914.878,78 |
| Não Circulante | 7.095.127,53 | 8.030.566,68 |

VIVER ASSISTÊNCIA

12. Outros Créditos

| <u>Descrição</u> | <u>31.12.25</u> | <u>31.12.24</u> |
|-------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Adiantamentos a Funcionários | 10.402,04 | 459,76 |
| Adiantamentos Administrativos | 54.012,00 | 59.480,49 |
| Créditos Diversos | <u>25.038,02</u> | <u>46.328,94</u> |
| Total | <u>89.452,06</u> | <u>106.269,19</u> |
| Circulante | 89.452,06 | 106.269,19 |

13. Bens à Venda

Composto por Terrenos mantidos para venda a curto prazo, no valor total de R\$2.910.600,00, acrescidos dos custos atribuíveis aos imóveis no valor de R\$894.210,56, totalizando R\$3.804.810,56 (R\$3.064.134,57 em 31.12.2024).

14. Investimentos (Nota 3e.)

| <u>Participações Societárias</u> | <u>Saldo anterior</u> | <u>Reversão Dividendos Propostos</u> | <u>Equivalência Patrimonial</u> | <u>Dividendos Propostos (*)</u> | <u>Saldo em 31.12.25</u> |
|---|-----------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| Efeito Seguradora Vida e Previdência S.A. (*) Vide Nota 9, retro. | <u>10.248.744,49</u> | <u>77.477,79</u> | <u>113.850,78</u> | <u>(27.039,56)</u> | <u>10.413.033,50</u> |

| <u>Participações Societárias</u> | <u>Saldo anterior</u> | <u>Integralização de Capital</u> | <u>Equivalência Patrimonial</u> | <u>Dividendos Propostos (*)</u> | <u>Saldo em 31.12.24</u> |
|---|-----------------------|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| Efeito Seguradora Vida e Previdência S.A. (*) Vide Nota 9, retro. | <u>-</u> | <u>10.000.000,00</u> | <u>326.222,28</u> | <u>(77.477,79)</u> | <u>10.248.744,49</u> |

| <u>Imóveis</u> | <u>31.12.25</u> | | <u>31.12.24</u> | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>Custo</u> | <u>Total</u> | <u>Custo</u> | <u>Total</u> |
| Terrenos e Edificações | <u>315.302,57</u> | <u>315.302,57</u> | <u>315.302,57</u> | <u>315.302,57</u> |

VIVER ASSISTÊNCIA

15. Imobilizado (Nota 3f.)

| Descrição | 31.12.25 | | | 31.12.24 | | |
|--|---------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | Custo | Depreciação Acumulada | Saldo Líquido | Custo | Depreciação Acumulada | Saldo Líquido |
| Imóveis | 1.300.446,24 | (317.778,92) | 982.667,32 | 1.300.446,24 | (294.073,64) | 1.006.372,60 |
| Equipamentos Móveis, Máq. e Utensílios | 340.856,39 | (241.227,70) | 99.628,69 | 311.999,10 | (197.548,23) | 114.450,87 |
| Veículos | 38.600,51 | (34.370,02) | 4.230,49 | 38.600,51 | (33.221,62) | 5.378,89 |
| | 80.000,00 | (80.000,00) | - | 80.000,00 | (80.000,00) | - |
| Total | 1.759.903,14 | (673.376,64) | 1.086.526,50 | 1.731.045,85 | (604.843,49) | 1.126.202,36 |

16. Intangível (Nota 3g.)

| Descrição | 31.12.25 | | | 31.12.24 | | |
|---|-------------------|---|-------------------|-------------------|---|-------------------|
| | Custo | Amortização Acumulada/ Redução ao Valor Recuperável | Saldo Líquido | Custo | Amortização Acumulada/ Redução ao Valor Recuperável | Saldo Líquido |
| Desenvolvimento de Software | 619.023,00 | (406.572,80) | 212.450,20 | 619.023,00 | (268.572,80) | 350.450,20 |
| Sistemas, Aplicativos e Licenças de Uso | 35.125,02 | (34.372,24) | 752,78 | 35.125,02 | (33.214,84) | 1.910,18 |
| Total | 654.148,02 | (440.945,04) | 213.202,98 | 654.148,02 | (301.787,64) | 352.360,38 |

17. Obrigações a Pagar

| Descrição | 31.12.25 | 31.12.24 |
|--|---------------------|-------------------|
| Fornecedores | 339,53 | 3.608,38 |
| Pagamentos a Efetuar | 374.029,49 | 306.452,89 |
| Obrigações com Partes Relacionadas – Efeito Seguradora | 1.651.611,82 | - |
| Outras Obrigações a Pagar | 557.742,66 | 673.896,02 |
| Total | 2.583.723,50 | 983.957,29 |
| Circulante | 2.296.312,55 | 581.747,51 |
| Não Circulante | 287.410,95 | 402.209,78 |

18. Empréstimos, Financiamentos e Títulos de Dívida – Parcelamento junto à PGFN de Tributos em atraso.

| Descrição | 31.12.25 | 31.12.24 |
|-----------------------|---------------------|----------|
| CSLL | 3.991.174,04 | - |
| IRPJ/CSLL/PIS/COFINS | 999.371,15 | - |
| Total | 4.990.545,19 | - |
| Circulante | 719.750,29 | - |
| Não Circulante | 4.270.794,90 | - |

VIVER ASSISTÊNCIA

19. Depósitos de Terceiros

Representada por contribuições de previdência, caução de aluguel de imóvel, parcelas de assistência financeira e venda de terrenos.

| Tempo de Permanência | Prêmios Antecipados | | Valores a Reclassificar | | Outros Depósitos | |
|----------------------|---------------------|------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 31.12.25 | 31.12.24 | 31.12.25 | 31.12.24 | 31.12.25 | 31.12.24 |
| De 1 a 30 dias | - | 10.539,85 | 129,12 | 81.041,43 | 283.597,61 | 127.221,30 |
| De 31 a 60 dias | - | 5.117,18 | 129,12 | 18.419,02 | 47.001,08 | 35.006,94 |
| De 61 a 90 dias | - | 5.444,43 | 129,12 | 6.745,00 | 63.884,76 | 38.499,60 |
| De 91 a 120 dias | - | 7.047,84 | - | 6.587,08 | 150.520,48 | - |
| De 121 a 180 dias | - | 12.059,10 | 26.295,89 | - | 79.183,13 | - |
| De 181 a 365 dias | - | 14.323,44 | 15.354,19 | - | 173.041,96 | - |
| Acima de 365 dias | - | 27.241,46 | 17.511,66 | - | - | - |
| Total | - | 81.773,30 | 59.549,10 | 112.792,53 | 797.229,02 | 200.727,84 |

20. Outros Débitos (Nota 3j)

| Descrição | 31.12.25 | 31.12.24 |
|--|-------------------|----------------------|
| Provisões Fiscais – Contingências (a) | 218.396,22 | 19.781.265,03 |
| Provisões Cíveis – não relacionadas a Benefícios (b) | 583.124,46 | 603.917,31 |
| Outras Provisões (c) | 106.307,38 | 89.488,73 |
| Total | 907.828,06 | 20.474.671,07 |

a) Provisões Fiscais – Contingências – Em razão de Ação de Repetição de Indébito para recuperar valores pagos de PIS com apenas provável condenação de pagamento de honorários de sucumbência, uma vez que os tributos foram recolhidos tempestivamente. Com a adesão a programa de parcelamento junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Entidade reverteu o saldo de provisões fiscais anteriormente constituídas relativas à Ação de Auto de Infração relativo aos tributos IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, assim como da cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

| Ações Fiscais | | | | | | | | |
|------------------------|-----------|----------------------|---------------------------------|-------------------|-----------|----------------------|---------------------------------|----------------------|
| Probabilidade de Perda | Qt. | 31.12.25 | | | 31.12.24 | | | |
| | | Principal/ Reclamado | Principal/ Reclamado Atualizado | Provisão | Qt. | Principal/ Reclamado | Principal/ Reclamado Atualizado | Provisão |
| Provável | 01 | 69.856,93 | 218.396,22 | 218.396,22 | 04 | 15.378.562,25 | 19.781.265,03 | 19.781.265,03 |
| Possível | - | - | - | - | 01 | 200.000,00 | - | - |
| Total | 01 | 69.856,93 | 218.396,22 | 218.396,22 | 05 | 15.578.562,25 | 19.781.265,03 | 19.781.265,03 |

VIVER ASSISTÊNCIA

b) Provisões Cíveis - Há valores provisionados para as ações relacionadas a Benefícios, à exceção dos relativos a honorários advocatícios de sucumbência, contabilizados na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), no Passivo Circulante. Os honorários advocatícios de sucumbência vinculados a benefícios foram contabilizados em separado, na Provisão de Despesas Relacionadas – Outras Provisões, no Passivo Não Circulante. Assim como, os danos morais foram contabilizados em Outras Provisões. Os valores provisionados das demais ações cíveis foram contabilizados em Provisões Cíveis, no Passivo Não Circulante.

Ações Judiciais relacionadas a Benefícios

| Probabilidade de Perda | 31.12.25 | | | | | 31.12.24 | | | | |
|------------------------|-----------|-------------------|-------------------|-----------------|--------------|-----------|-------------------|------------------|-----------------|--------------|
| | Qt. | Reclamado | Provisão | Honorários | Danos Morais | Qt. | Reclamado | Provisão | Honorários | Danos Morais |
| Provável | 02 | 42.395,46 | 28.452,24 | - | - | 02 | 42.395,46 | 25.598,48 | - | - |
| Possível | 01 | 50.000,00 | 61.392,59 | 6.139,26 | - | 01 | 50.000,00 | 53.730,83 | 5.373,08 | - |
| Remota | 03 | 264.791,86 | 12.645,59 | - | - | 04 | 283.609,19 | 1.000,00 | - | - |
| Total | 06 | 357.187,32 | 102.490,42 | 6.139,26 | - | 07 | 376.004,65 | 80.329,31 | 5.373,08 | - |

Ações Judiciais não relacionadas a Benefícios

| Probabilidade de Perda | 31.12.25 | | | | | 31.12.24 | | | | |
|------------------------|----------|--------------|------------|------------|--------------|----------|--------------|------------|------------|--------------|
| | Qt. | Reclamado | Provisão | Honorários | Danos Morais | Qt. | Reclamado | Provisão | Honorários | Danos Morais |
| Provável | 23 | 1.346.526,13 | 484.204,62 | 98.919,84 | 52.702,18 | 26 | 1.074.671,14 | 544.998,23 | 58.919,08 | 40.209,13 |

c) Outras Provisões - Processos Administrativos em trâmite junto ao Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP, tomando por base o valor total das penalidades de multas pecuniárias aplicadas pela SUSEP e uma condenação de multa no Procon em Processo Administrativo.

Processos Administrativos SUSEP

| Probabilidade de Perda | 31.12.25 | | | 31.12.24 | | |
|------------------------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|
| | Qt. | Reclamado | Provisão | Qt. | Reclamado | Provisão |
| Provável | 01 | 28.000,00 | 43.201,20 | 01 | 28.000,00 | 39.429,60 |

Processo Administrativo no Procon

| Probabilidade de Perda | 31.12.25 | | | 31.12.24 | | |
|------------------------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|----------|
| | Qt. | Reclamado | Provisão | Qt. | Reclamado | Provisão |
| Provável | 01 | 9.850,00 | 10.404,00 | 01 | 9.850,00 | 9.850,00 |

21. Demonstração do Resultado – Detalhamento

| Descrição | 31.12.25 | 31.12.24 |
|---|------------------------|-----------------------|
| BENEFÍCIOS RETIDOS | 64.103,46 | (485.845,88) |
| Administrativos | 66.085,45 | (480.271,69) |
| Judiciais | (1.981,99) | (5.574,19) |
| CUSTOS DE AQUISIÇÃO | (368.918,57) | (689.532,07) |
| Corretagem/Agenciamento – Planos de Pecúlio | (262.855,30) | (473.234,38) |
| Custeamento de Vendas | (102.919,90) | (128.662,69) |
| Outros Custos de Aquisição | (3.143,37) | (87.635,00) |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | (21.809.019,55) | (588.150,36) |
| OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | 22.495.022,49 | 293.482,48 |
| Receitas com Redução/Baixa de Provisões | 15.375.580,01 | 180.141,47 |
| Receita com Desconto Obtido em Renegociação Parcelamento Tributos | 6.956.796,11 | - |
| Outras Receitas Operacionais | 162.646,37 | 113.341,01 |
| OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS | (686.002,94) | (881.632,84) |
| Redução ao Valor Recuperável para Recebíveis | (261.892,40) | (358.886,14) |
| Despesas com Provisões | (263.875,39) | (381.880,15) |
| Outras Despesas Operacionais | (160.235,15) | (140.866,55) |
| SINISTROS OCORRIDOS | (107.030,06) | (417.149,97) |
| Administrativos | (107.850,90) | (324.359,45) |
| Judiciais | (19.561,57) | (49.572,33) |
| Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR | 20.382,41 | (43.218,19) |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | (3.558.861,96) | (4.054.369,71) |
| Pessoal Próprio | (2.043.530,13) | (2.502.761,68) |
| Serviços de Terceiros | (918.142,05) | (906.881,99) |
| Localização e Funcionamento | (400.027,76) | (442.100,18) |
| Depreciação e Amortização | (69.690,55) | (62.473,55) |
| Despesas com Publicidade e Propaganda | (40.124,62) | (15.350,50) |
| Despesas com Publicações | - | (645,96) |
| Despesas com Donativos e Contribuições | (52.990,68) | (50.549,16) |
| Outras Despesas Administrativas | (34.356,17) | (73.606,69) |

Continua...

VIVER ASSISTÊNCIA

Demonstração do Resultado – Detalhamento/continuação...

| Descrição | 31.12.25 | 31.12.24 |
|--|------------------------|------------------------|
| DESPESAS COM TRIBUTOS | <u>(5.362.193,08)</u> | <u>(1.182.133,24)</u> |
| CSLL – Seguro Garantia para Execução Fiscal | (1.271.932,87) | (510.959,72) |
| IOF | (237,01) | - |
| IRPJ | (929.219,87) | - |
| CSLL | (2.587.602,64) | - |
| Cofins | (322.167,50) | (440.008,69) |
| PIS | (52.352,23) | (71.501,41) |
| Taxa de Fiscalização | (180.982,04) | (140.249,48) |
| Outros Tributos | (17.698,92) | (19.413,94) |
| RESULTADO FINANCEIRO | <u>191.268,01</u> | <u>2.963.858,98</u> |
| RECEITAS FINANCEIRAS | <u>16.154.390,77</u> | <u>13.840.507,21</u> |
| Títulos de Renda Fixa Privados | 170.117,92 | 277.252,54 |
| Assistência Financeira | 6.244.415,68 | 8.666.829,93 |
| Fundos de Investimentos | 3.783.699,39 | 3.696.262,09 |
| Receitas Financeiras com Créditos Recebidos | 5.890.078,00 | 1.126.788,99 |
| Atualização de Provisões Técnicas – Planos Não Bloqueados | 6.358,96 | 31.496,15 |
| Outras Receitas Financeiras | 59.720,82 | 41.877,51 |
| DESPESAS FINANCEIRAS | <u>(15.963.122,76)</u> | <u>(10.876.648,23)</u> |
| Despesas com Títulos de Renda Variável | (34.069,34) | (98.122,49) |
| Atualização de Provisões Técnicas - Planos Bloqueados | (14.504,87) | (17.987,65) |
| Atualização de Provisões Técnicas - Planos não Bloqueados | (325.259,19) | (799.673,61) |
| Assistência Financeira | (5.171.212,29) | (4.638.048,84) |
| Outras Despesas c/Encargos Financeiros e Atualização Monetária | (10.416.713,41) | (5.321.683,07) |
| Outras Despesas Financeiras | (1.363,66) | (1.132,57) |
| RESULTADO PATRIMONIAL | <u>194.982,78</u> | <u>620.962,33</u> |
| Receitas com Imóveis de Renda | 209.673,27 | 514.094,10 |
| Despesas com Imóveis destinados à Renda ou Venda | (128.541,27) | (219.354,05) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 113.850,78 | 326.222,28 |
| GANHO OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES | <u>(138.000,00)</u> | <u>(134.451,15)</u> |
| Perda por Redução ao Valor Recuperável do Intangível | (138.000,00) | (134.451,15) |

22. Evento Relevante

Com a publicação da Portaria DIORE/SUSEP nº 109, em 24/02/2026, ficaram homologadas as deliberações tomadas pelos associados da Viver Previdência, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08/12/2025: mudança da denominação social para Viver Assistência e reforma e consolidação do estatuto social. Com isso, foi cancelada a autorização anteriormente concedida pela Superintendência de Seguros Privados – Susep para operar planos de previdência complementar aberta.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Amando A. Ramos – Diretor Presidente
Wesley W. de Assis – Diretor Vice-Presidente
Wanderleia G. da Silva Moreira – Diretora Executiva

SUPERINTENDÊNCIA

Rodelf Roner O. Vieira - Superintendente

GERENTE CONTÁBIL

Renata Lima M. Villela Pedras – Contadora - CRC/RJ Nº 091943/O

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcus Vinicius Stilben Medeiros- MIBA Nº 912

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
VIVER ASSISTÊNCIA
(ANTIGA VIVER PREVIDÊNCIA)
Belo Horizonte - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da VIVER ASSISTÊNCIA (ANTIGA VIVER PREVIDÊNCIA), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIVER ASSISTÊNCIA (ANTIGA VIVER PREVIDÊNCIA) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com incumbência de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- b. A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras:
 - (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Sociedade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável;
 - (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade;

- (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e
 - (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- c. Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
 - d. A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
 - e. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 - f. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
 - g. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
 - h. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
 - i. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2026.

FERNANDO MOTTA AUDITORES

CRCMG-12.557 | CVM-12.815

FERNANDO CAMPOS

MOTTA:05361897655

Assinado de forma digital por

FERNANDO CAMPOS

MOTTA:05361897655

Dados: 2026.02.27 16:37:55 -03'00'

Fernando Campos Motta

Contador CRCMG – 91.109

Parecer dos auditores atuariais independentes

CLA - CLIFTON LARSON ALLEN BRASIL SERVICOS
ATUARIAIS LTDA
Av. Das Nações Unidas, 11.541 – 18º Andar – São Paulo
– SP – Brasil.

Aos Conselho, Diretoria e Administração da
Viver Previdência
Belo Horizonte - MG

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Viver Previdência**, doravante denominada “Companhia”, em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Supervisionada e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Elmo Henrique de Moraes
MIBA 2040



CLA - CLIFTON LARSON ALLEN BRASIL SERVICOS ATUARIAIS LTDA
CNPJ 56.886.185/0001-38
CIBA 183
Av. Das Nações Unidas, 11.541 – 18º Andar – São Paulo – SP – Brasil